

Keirsey, tradicionalismo religioso e educação - a *prudentia*

Chie Hirose¹
Enio Starosky²

Resumo: O artigo discute o discurso do tradicionalismo religioso no Brasil de hoje, focando em como é tratada pelo neoconservadorismo a clássica virtude da *prudentia*, valendo-nos da tipologia de David Keirsey, no caso: a oposição entre os fatores J e P.

Palavras Chave: tradicionalismo religioso. neo-conservadorismo. *prudentia*. David Keirsey. educação.

Abstract: This article discusses Brazilian contemporary religious traditionalism – in the new right-wing and neo-conservatives movements – focusing on the classical virtue of *prudentia* and from a Keirsey's typology point of view (J xP).

Keywords: Brazilian religious traditionalism. neo-conservatives. *prudentia*. David Keirsey. education.

A volta do tradicionalismo religioso

A nova direita, o neoconservadorismo voltam, por vezes agressivamente, a mostrar a cara, junto com tradicionalismos religiosos, que hoje não têm mais receio em aparecer como tais.

Julián Marías falava de um fator das transformações que ocorrem nas sociedades a cada 15 anos, quando uma nova geração se manifesta com seu repertório de *vigências*. Os programadores da rede Globo parecem seguir essa teoria: após 15 anos de “Zorra Total”, esgotaram-se as velhas *vigências* de humor (piadinhas ordinárias de duplo sentido, estereótipos de homossexualismo etc.) e são substituídos pelo novo “Zorra”, com novas tendências menos popularescas. Após 15 anos, sai do ar “A Grande Família”; Bial deixa o comando do BBB etc. E também o *Pânico na Band* (junto com os anos de *Pânico na TV*) cumpriu seus 15 anos e no dia 24-12-17 foi sua última edição.

Claro que o protagonismo dessas novas tendências – inimaginável há 15 anos – não se deve creditar a uma (mera) mudança generacional, mas a diversos outros fatores como a organização de “movimentos”, o fomento de um maniqueísmo cultural simplificador – que, por exemplo, nos episódios de 2017 da exposição do Santander em Porto Alegre e o da performance do MAM em São Paulo, reduziram complexas formas de expressão ao rótulo de “pedofilia” –, a formação de uma “tropa” fanatizada que atende a palavras de ordem, ao sabor do ódio fomentado nas redes sociais; etc.

A nova direita e os neoconservadores vão proclamando suas visões religiosas. Neste artigo, pretendemos discutir – à luz dos fatores de David Keirsey e visando a Educação – um aspecto dessa conjunção: como o tradicionalismo religioso está enfocando a virtude da *prudentia*. E neste artigo privilegiaremos o relacionamento ao fator J, do par keirseyano J X P.

¹. Doutora e Pós doutora pela Feusp. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Hiroshima. Professora das Faculdades Integradas “Campos Salles”. Professora de Ensino Fundamental I da rede municipal de São Paulo.

². Mestre em Educação pela Univ. Metodista de São Paulo e doutorando em Ciências da Religião nessa mesma universidade.

Claro que essa situação pode ser analisada por muitos ângulos, como por exemplo, o problema do estado laico: em um comício Jair Bolsonaro já avisou que seu slogan “Deus acima de todos!” significa que “Não tem essa historinha de Estado Laico, não!” (cf. <https://www.youtube.com/watch?v=Cs0ISzdzZF0>).

A clássica virtude da *Prudentia* – a virtude da decisão certa

O particular recorte deste nosso artigo – a consideração da clássica virtude da *prudentia* – poderia parecer, à primeira vista, uma bizantinice acadêmica. Na realidade, trata-se de exatamente o contrário: o modo de considerar a *prudentia* tem o dom de manifestar toda uma visão de mundo.

Para evidenciar isto, porém, é necessário recordar o que é a autêntica *prudentia* (precisamente devido à enormes mal entendidos é que a grafamos em latim...). E para isto, é natural que nos permitamos, neste tópico, o constante recurso aos estudos do maior especialista brasileiro em Tomás de Aquino e sua doutrina de virtudes: o Prof. Jean Lauand, especialmente em seu estudo introdutório às traduções que fez de Santo Tomás (Lauand 2014).

Começemos pelo principal fator de desorientação: nossa palavra “prudência” hoje não tem nada que ver com a clássica *prudentia*.

Como mostra C. S. Lewis³, dá-se frequentemente, sobretudo no campo da ética, uma autêntica inversão de polaridade⁴: aquela palavra que originalmente designava uma qualidade positiva, esvazia-se de seu sentido inicial ou passa até a designar uma qualidade negativa. Foi o que aconteceu, entre outras, com as palavras “prudente” e “prudência”. Atingidas ao longo dos séculos pelo subjetivismo metafórico e pelo gosto do eufemismo⁵; “prudência” já não designa hoje a grande virtude, mas sim a conhecida cautela (um tanto oportunista, ambígua e egoísta) ao tomar (**ou ao não tomar...**) decisões.
(Lauand 2014, p. VIII-IX), grifo nosso.

Essa perversão semântica não pode ocorrer sem drásticas consequências para a sociedade e, sobretudo, para as igrejas cristãs. É conhecido o princípio (Josef Pieper) que afirma que uma realidade só pode se manter viva se dispuser de uma palavra viva que a nomeie (e vice versa). Como os cristãos podem viver a *prudentia* se não dispomos sequer de uma palavra em nosso léxico vivo para ela? E isso se agrava muito quando temos em conta que não se trata aqui de uma virtude qualquer, mas de uma das quatro virtudes que, desde sempre, têm sido consideradas virtudes *carduais*, isto é, os 4 gonzos, eixos, que permitem abrir a porta da Vida.

Nesse mesmo sentido, Julián Marías (1999):

Há uma coisa que me preocupa, e já o disse muitas vezes. Que, enquanto o vocabulário de uma área particular, de um campo profissional técnico, de um ambiente específico, na agricultura, por exemplo, ou na pecuária — enquanto esses vocabulários específicos possuem uma riqueza enorme, tudo o que um homem pode sentir por

³. É o tema de fundo de seu clássico *Studies in Words*, Cambridge at the Univ. Press, 1960.

⁴. “The remarkable tendency of adjectives which originally imputes great goodness, to become terms of disparagement” op. cit., p. 173.

⁵. Ibidem, cap. I. Cfr. também COPLEY, J. *Shift of Meaning*, London, Oxford University Press, 1961.

outra pessoa resume-se — em todas as línguas que conheço — a meia dúzia de palavras. Algumas positivas, como "amizade", "amor", "ternura", "simpatia", "carinho", e outras tantas negativas. Parece-me muito restrito. Eu tenho quatro filhos, já adultos, e eu os amo de quatro maneiras diferentes. Há uma variedade imensa do amor, e a língua não reflete essa variedade. É uma limitação esquisita. Talvez devida a uma certa desatenção pelos sentimentos, pelos conteúdos anímicos, em contraste com a refinada atenção dedicada às técnicas da agricultura, da medicina... E às mil maneiras de dar um chute numa bola! E isso porque há um interesse especial. Muitas pessoas gostam de futebol e precisam distinguir os diferentes matizes dessa atividade. E, em contraste, o que uma pessoa sente por outra — e é algo mais difícil, sem dúvida — não desperta tanto interesse. Eu fico muito perplexo com este fato.

A problematidade atinge níveis alarmantes quando nos damos conta de que na Tradição cristã (**a verdadeira, no singular e com maiúscula: que os tradicionalistas insistem em ignorar!**) a virtude da *prudentia* é a **principal** das quatro virtudes cardeais: e isso não como primeira *inter pares*, mas em um plano superior: como diz Tomás de Aquino, ela é a mãe das virtudes, *genitrix virtutum* (*In III Sent.*, d 33, q 2, a 5, c) e piloto das virtudes, *auriga virtutum* (*In IV Sent.*, d 17, q 2, a 2, dco).

E não se trata só de tradição católica: a maior unanimidade entre os cristãos evangélicos, C. S. Lewis, precisamente no clássico em que trata do “denominador comum” de todos os cristãos, *Mere Christianity* (2015), dedica inteiramente a seção III.2 às quatro virtudes cardeais: Prudência, Justiça, Fortaleza e Temperança.

E para complicar ainda mais, não se trata somente de um “esvaziamento” semântico da palavra nem da mera ausência da palavra, mas de uma **perversão**, na qual a nossa palavra passa a significar o oposto da original. É um fenômeno analisado também por C. S. Lewis (1960, verbete *Simple*), que fala da “notável tendência” à inversão do sentido original de palavras fundamentais, que as levam – no curso do tempo – ao oposto de seu significado autêntico: foi o que aconteceu com simples, prudência etc.

E mais:

Se hoje a palavra *prudência* tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão "em cima do muro"; em Tomás, ao contrário, *prudentia* expressa exatamente o oposto da indecisão: é a arte de decidir-se corretamente, isto é, com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, não em impulsos, não em temores, não em preconceitos etc., mas, unicamente, com base na *realidade*: em virtude do límpido conhecimento do ser. É este conhecimento do ser que é significado pela palavra *ratio* na definição de *prudentia*: *recta ratio agibilium*, "reta razão aplicada ao agir", como repete, uma e outra vez, Tomás.

Prudentia é ver a realidade e, com base nessa visão, tomar a decisão certa. Por isso, como repete Tomás, não há nenhuma virtude moral sem a *prudentia*, e mais: "sem a *prudentia*, as demais virtudes, quanto maiores fossem, mais dano causariam" (*In III Sent.* d 33, q 2, a 5, sc 3). Com as alterações semânticas, porém, tornou-se intraduzível, para o

homem de nosso tempo, uma sentença de Tomás como: "a *prudentia* é necessariamente corajosa e justa"⁶. (Lauand 2014, p. X).

A virtude da *prudentia* recebe uma definição precisa e enxuta: *recta ratio agibilium* (I-II, 56, 3, inter coetera): reta razão aplicada às possibilidades de ação. É interessante notar que a principalíssima das virtudes cardeais é uma virtude intelectual!! Claro que não se trata aqui da *raison raisonnante*, mas da razão que sabe abrir-se à realidade e captar nela o que é o bem para esta situação concreta, pois se trata de um discernimento que procede da inteligência do “coração” de um homem bom (“por que pensais mal em vossos corações” - Mt 12, 25), que tem o olho são (simples, prudente) (“Se o teu olho for são, todo teu corpo será luz - Mt 6, 22).

De novo Lauand (2014, p. XI)

Mas este ver a realidade é somente uma parte da *prudentia*; a outra parte, ainda mais decisiva (literalmente) é transformar a realidade vista em decisão de ação, em comando: de nada adianta saber o que é bom, se não há a decisão de realizar este bem...

O nosso tempo, que se esqueceu até do verdadeiro significado da clássica *prudentia*, atenta contra ela de diversos modos: em sua dimensão cognoscitiva (a capacidade de ver o real, por exemplo, aumentando o ruído – exterior e interior – que nos impede de “ouvir” a realidade) e em sua dimensão prescritiva, no ato de comandar: o medo de enfrentar o peso da decisão, que tende a paralisar os imprudentes (pois, insistamos, a *prudentia* toma corajosamente a decisão boa!).

A primazia da *prudentia* assenta-se, assim, sobre sua capacidade de ver o bem e tornar essa visão em decisão de ação. E com isto ainda não explicitamos as imensas dificuldades que o tradicionalismo religioso terá com essa virtude.

O tradicionalismo religioso e a virtude da *Prudentia*

A *prudentia* torna-se problemática para as religiões, quando, avançando um pouco mais na doutrina clássica, consideramos mais concretamente as características dessa virtude. Porque ela versa sobre o bem no “**aqui e agora**”, nesta minha situação concreta, a *prudentia* foge ao controle externo e é necessariamente qualidade de cada homem, de cada fiel, sem que haja possibilidade de padres, pastores, bispos, gurus etc. terem protagonismo nesse processo de decisão, que compete tão somente ao homem prudente.

Vale a pena, pela clareza, uma citação mais longa:

O "Tratado da Prudência" é o reconhecimento de que a direção da vida é competência da pessoa, e o caráter dramático da *prudentia* se manifesta claramente quando Tomás mostra que não há "receitas" de bem agir, não há critérios comportamentais operacionalizáveis, porque - e esta é outra constante no *Tratado* - a *prudentia* versa sobre ações contingentes, situadas no "aqui e agora".

É que a *prudentia* é virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto: a *prudentia* não é a inteligência que versa sobre teoremas ou

⁶. *Nec prudentia vera est quae iusta et fortis non est.* I-II, 65, 1.

princípios abstratos e genéricos. Não! Ela olha para o “tabuleiro de xadrez” da situação presente, sobre a qual se dão nossas decisões concretas, e sabe discernir o “lance” certo, moralmente bom. E o critério para esse discernimento do bem é: a realidade! (2014, p. XII)

Lauand explica, assim, que o problema está em saber discernir, no emaranhado de mil possibilidades que esta situação me apresenta (o que devo dizer a este aluno?, compro ou não compro?, caso-me ou não?, devo responder a este *mail*? etc.), os bons meios concretos que me podem levar a um bom resultado, à plenitude da minha vida, minha realização enquanto homem. E para isto é necessário ver a realidade concretamente. De nada adiantam os bons princípios abstratos sem a *prudentia* que os aplica - como diz Tomás - ao "outro polo": o da realidade (o que significa "amar o próximo" nesta situação concreta?).

Embora haja um certo e um errado objetivos, um “*to be or not to be*” pendente de nossas decisões, a condição humana é tal que – muitas vezes – não dispomos de regras operacionais concretas para decidir. Lauand (2014, p. XII)

Tal como para o bom lance no xadrez, há até critérios gerais objetivos... mas não operacionais concretos!

Com isto viemos dar no fato incontornável de que é unicamente ao indivíduo, ao fiel – e não à Igreja, não aos ministros, não ao diretor espiritual – a quem cabe decidir sobre sua vida, sobre as mil situações que se lhe apresentam no cotidiano. E isto, convenhamos, é intolerável para pastores que têm a pretensão de dominar a consciência dos fiéis de sua igreja.

Qualquer atentado contra a *prudentia* tem como pressuposto a despersonalização, a falta de confiança na pessoa, considerada sempre "menor de idade" e incapaz de decidir e, portanto, devendo transferir a direção de sua vida para outra instância: a Igreja, o Estado etc. Em qualquer caso, isso é sempre muito perigoso... Lauand (2014, p. XVIII)

Daí que muitos ministros religiosos preferam suprimir de seu discurso a virtude da *prudentia* ou promover sua neutralização semântica!

E nessa tarefa encontram, em muitos casos, uma inesperada cumplicidade: a do próprio fiel. E é que a *prudentia* envolve um lado dramático, muito pesado: o fardo de tomar decisões. A imprudência é, acima de tudo, medo de decidir e é muito forte a tentação de delegar essa responsabilidade para a Igreja. Ainda mais em uma sociedade na qual somos “educados” – tristemente também muitas vezes pela escola – para a reprodução automática e para o definhamento da criatividade.

É dessa dramática imprudência da indecisão, que tratam alguns clássicos da literatura: do “*to be or not to be...*” de *Hamlet* aos dilemas kafkianos (o remorso impõe-se a qualquer decisão), passando pelo “Grande Inquisidor” de Dostoiévski, que descreve “o homem esmagado sob essa carga terrível: a liberdade de escolher”⁷ e apresenta a massa

⁷. DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. *Os Irmãos Karamázovi* São Paulo, Ouro, s.d., p. 226.

que abdicou da *prudencia* e se deixa escravizar, preferindo "até mesmo a morte à liberdade de discernir entre o bem e o mal"⁸. E, assim, os subjugados declaram de bom grado: "Reduzi-nos à servidão, contanto que nos alimenteis"⁹. Lauand (2014, p. XIII-XIV)

Os fatores J/P de Keirsey e a tomada de decisões

David Keirsey propôs sua psicologia da personalidade em uma tipologia que distingue 4 temperamentos e 16 tipos, baseados em combinações dos pares de distinções de preferências, que remontam à também famosa proposta de Myers-Briggs (que, por sua vez, remetem a Jung): E/I, S/N, F/T e J/P.

Para nossa pesquisa, interessam os dois últimos pares acima: neste artigo examinaremos o par J/P (deixando o par F/T para um próximo estudo).

O problema de que nos ocupamos aqui, o da decisão é precisamente o da distinção J/P. Como alguém se sente ante uma decisão tomada / situação aberta é, para Keirsey (1984, p. 22 e ss.) a base da distinção entre a preferência J (de *Judging*) e a preferência P (de *Perceiving*), indicando que aqueles preferem a conclusão e a resolução de um assunto; enquanto estes preferem manter opções abertas e fluidas.

Até mesmo em seu *Sorter*, Keirsey (1988, p. 6) na pergunta 28 vai direto ao ponto da distinção entre J e P:

28. Are you more comfortable
_(a) after a decision _(b) before a decision

Certamente, as preferências, os temperamentos e os tipos, são rigorosamente neutros do ponto de vista ético (pode-se ser santo ou pecador sendo SP, SJ, NF ou NT; J ou P etc.). Mas isto não impede que – sempre mantendo a neutralidade ética de princípio – haja uma maior tendência para este ou aquele tipo em lideranças religiosas: se nos atemos, por exemplo, ao par E/I (extroversão / introversão), evidentemente haverá muitos mais ministros E do que I (sem que isto nos informe nada sobre a qualidade religiosa desses sujeitos).

Assim, parece-nos que haja uma maior tendência entre líderes religiosos tradicionalistas para a preferência J, das decisões tomadas, que melhor “conecta com um aspecto externo que prefere a arrumação e a ordem: horários, datas, planejamento etc. enquanto o P propende mais ao ‘deixa a vida me levar’” (Lauand 2018, p. 31).

O fator J é aquele que expressa a preferência por situações de decisão tomada, fechadas, que se sente incômodo com a indeterminação. Em uma surpreendente e felicíssima tirada, o famoso cineasta Michael Moore associou esse fator J ao voto republicano em Trump (e, claro, podemos aplicar esses argumentos ao tradicionalismo religioso). Pouco antes das eleições americanas, ele gravou um *stand up* – “Moore in Trumpland” – na cidadezinha de Wilmington, reduto republicano, com 90% de eleitores de Trump. Dirigindo-se a eles, disse:

You know, these Trump voters, my friends, are going to be up 5:00 in the morning on Election Day. They're up at 5:00 in the morning a lot. The only time we see 5:00 in the morning is when we've been up partying all night. That's—that's 5:00 in the morning. Yeah, right.

⁸. Ibidem, p. 225.

⁹. Ibidem, p. 224.

Come on, everybody in here has got a conservative in the family, right? Many of you brought that person with you here tonight—a brother, a father, an uncle, a brother-in-law (...). And they are the organized one in the family. They never lose their car keys. The conservative—they've got little hooks in the—by the back door, with a label on each hook. That's my beamer (BMW) key. That's my F-150 key. That's the key for the car Matthew McConaughey [Oscar 2014 hoax que apoiou Trump] drives. Our side, we're like—this is how we—this is how we sound. This is how we sound: "So, uh, where do you want to go eat tonight?" "I don't care. Where do you want to go?" "I don't know, wherever you want to go." "No, no, no, no, you picked last time." "No, I—seriously, wherever you want." This is like—this is like—the conservatives, they're like, "Get in the car! We're going to Outback! Get in there!" Decisive! Organized! Disciplined! You've got to admire that about them. (cit. em Lauand 2017, 30-31).

Os tradicionalistas e a supressão da *prudentia*

“Decisive! Organized! Disciplined!” é não só o típico eleitor republicano de Trump, mas também o nosso pregador tradicionalista.

A conexão entre o tradicionalismo religioso e a preferência J fica mais clara quando ponderamos com Lauand (2014, p. XI)

Uma das mais perigosas formas de renúncia a enfrentar a realidade (ou seja, a renúncia à *prudentia*) é trocar essa **fina sensibilidade de discernir** o que, naquela situação concreta, a realidade exige por critérios operacionais rígidos, como num “Manual de escoteiro moral” ou, no campo do direito, num estreito legalismo à margem da justiça.

Seguindo esse raciocínio de Lauand, encontraremos características do radicalismo religioso. Tal como o "Ministério do Vício e da Virtude" do regime Taliban, algumas comunidades cristãs - em vez de afirmar o direito (e o dever) do fiel de discernir o que é bom em cada situação pessoal concreta - simplificam grosseiramente: em caso de dúvida, é pecado e pronto! Além de estabelecerem – por vezes, literalmente – milhares de preceitos em seus códigos, capazes de fazer inveja ao mais fanático dos fariseus.

Nesse sentido, vale recordar a triste figura do fundador dos Arautos do Evangelho, Mons. João Clá (em 2017, afastado – por escândalos – da direção da instituição...). Há cerca de 15 anos, em uma entrevista para o Fantástico, comandando um duro “exercício militar” para seus jovens monges, no estilo do treinamento da “Tropa de Elite”, ele declarava:

Me encantou sobretudo o Regulamento Disciplinar do Exército, o RDE. É um... calhamaço [nesse ponto, o religioso fala com entusiasmo e emoção], cheio de regras e regras e regras e regras. (vídeo completo em <https://www.youtube.com/watch?v=qB715Uj1At4>)

Nesse mesmo vídeo, pode-se ver um dos Arautos, lendo o capítulo X do livro de Regras da ordem:

“Do modo de lavar as mãos.”

Molhar as mãos, impregnar de sabão a palma das mãos, friccionar as palmas e depois o dorso. Primeiro a mão direita sobre a esquerda; depois a esquerda sobre a direita, sucessivamente.

“Do modo de pentear-se”

Umedecer os cabelos e aplicar fixador, se precisar. [...]

Etc. etc. etc.

Tudo isto aprovado solenemente pela Igreja Católica!! Logo o Vaticano, que sempre primou pela seriedade...



Arautos e Arautas em desfile (religioso ou paramilitar?)
<https://www.youtube.com/watch?v=QR5PBvCe8Yg>

Na mesma linha da supressão da *prudentia*, de não deixar nada ao discernimento do fiel, está a atuação da Cúria Romana, na elaboração do Catecismo da Igreja Católica. Como se sabe, a versão definitiva desse Catecismo (1997), foi feita só por membros da Cúria, presididos pelo então Card. Ratzinger (notadamente um acentuado J!). O texto base foi o Catecismo (provisório, de 1992) elaborado por uma comissão de cardeais e bispos, que receberam contribuições de milhares de bispos e teólogos de todo o mundo.

Emblemático nessa mudança promovida pelo Card. Ratzinger é o veto ao ponto 2532 (sobre a culpa no ato de masturbação) da versão provisória de 1992 (C-92)

Outro exemplo: nas edições espanholas, algumas mudanças de C-92 para CIC aparecem ainda mais acentuadas. Como no caso do ponto 2352, no qual C-92 indicava a necessidade de se levar em conta na avaliação moral da masturbação diversos fatores psíquicos ou sociais “*que reducen, e incluso anulan la culpabilidad moral*”; formulação que, em CIC, foi substituída por: “*que pueden atenuar o tal vez reducir al mínimo la culpabilidad moral*”.

Na substituição de “reduzem” por “podem atenuar”, a introdução do “podem” é de efeito psicológico, pois, uma vez que são subjetivos os fatores atenuantes (“imaturidade afetiva, força dos hábitos contraídos, o estado de angústia ou outros fatores psíquicos ou sociais”), sua função parece ser só a de manter a sensação de culpa (o fiel não pode excluir a culpa, auto-avaliando fatores subjetivos). Como também a substituição de “anulam a culpabilidade moral” por “talvez reduzir ao mínimo a

culpabilidade moral”. Afinal, a própria existência do sacramento da confissão, em diálogo vivo entre penitente e confessor, pressupõe que a culpabilidade moral não é medida discretamente por pontos na carteira como nas infrações de trânsito, que vão desde as gravíssimas (7 pontos), passando pelas grave e média, até a leve, punida com os *mínimos* 3 pontos. A culpa moral, bem como seus atenuantes ou *excludentes*, pertencem ao delicado âmbito da consciência e não podem ser observadas com a operacionalidade de um radar que fotografa uma invasão de faixa de pedestres ou a de um bafômetro que indica a presença de álcool no sangue em índices superiores a 0,05 mg/litro. (Chadarevian 2015, p. 7)

Evidentemente, como sabemos, a forte tendência à supressão da *prudencia* nos fanatismos religiosos, não é nova. Talvez o caso mais antigo no cristianismo (e certamente um dos mais emblemáticos) seja o de Tertuliano¹⁰ (a quem Santo Tomás chamou de *haereticus, Tertulianus nomine*). Josef Pieper (2010, 243), afirma que é com Tertuliano que se começa a notar a tendência de legislar sobre os atos externos, principalmente sobre os que têm relação com a castidade. Entre inúmeras outras regras, Tertuliano impôs aos fiéis dias de jejum e de abstinência, o véu às mulheres e às moças e a proibição de frequentar os espetáculos. Uma clara perversão da consciência individual na qual não se reconhece que a direção da vida é competência inalienável da pessoa.

Considerações finais.

Como vimos, a supressão da virtude da *prudencia* em discursos religiosos contemporâneos parece estar ligada ao medo (o medo é sempre uma característica dos radicais religiosos...): o medo de deixar as decisões morais de sua vida ao discernimento do próprio fiel, sempre considerado um incapaz...

Surgem então calhamaços de regras e proibições, no zeloso afã de impedir o pecado, ajudar os cristãos a garantir a salvação... Ou a usurpação da consciência pessoal, pela abusiva intromissão de pastores, padres etc. que se arrogam o direito de determinar o que o cristão deve fazer naquela sua situação concreta.

E quando, nas raras vezes em que se trata da prudência, não se fala de seu caráter dramático, do protagonismo da decisão pessoal, do peso da decisão, do caráter não determinado (ao menos operacionalmente) da *recta ratio* diante do *agibilium*. É o que faz o famoso Pe. Paulo Ricardo, em suas conferências sobre o tema ([youtube.com/watch?v=fKSAx18QNzk](https://www.youtube.com/watch?v=fKSAx18QNzk) e <https://padrepauloricardo.org/episodios/aprudencia>): a prudência é vista sobretudo como afirmação (bem ratzengeriana) de uma verdade objetiva ante o deletério relativismo moral contemporâneo... Para nós educadores, não há dúvidas: é simplesmente impossível viver sem riscos e se os educandos, mesmo apesar de todas as orientações, erram, pelo menos que aprendam com os erros e ganhem experiência – não podemos e nem queremos criar plantas de estufa.

Lembrando que o maior tomasiano de nosso tempo, Josef Pieper, negava a possibilidade de um “tomismo”, precisamente pela abertura do pensamento de Tomás e seu caráter “negativo” (“nenhum filósofo jamais chegará a compreender sequer o que é uma mosca”). E isso se confirma quando vemos que, na Igreja Católica são

¹⁰ Teólogo cristão que viveu em torno do ano 200, um dos patriarcas do cristianismo primitivo. À luz da teoria keirseana certamente um pregador tradicionalista com forte preferência J.

precisamente os conservadores “tomistas” os que se empenham em ignorar os ensinamentos do “Doctor communis” sobre a principal das virtudes cardeais.

Referências

Chadarevian, E.; Lauand J. “O Catecismo Católico e um conceito central: a *participatio*” **Revista Conventit Internacional** (Cemoroc-FEUSP) São Paulo, Número 19, setembro 2015.

Lauand, Jean “Introdução” in TOMÁS DE AQUINO *A Prudência – a virtude da decisão certa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

Lewis, C.S. *Mere Christianity*. London: Harper Collins, 2015.

_____ *Studies in Words*, Cambridge at the Univ. Press, 1960.

Julián Marías “Entrevista” **Revista Videtur** (Cemoroc-FEUSP) São Paulo, Número. 8, <http://www.hottopos.com/videtur8/entrevista.htm>

KEIRSEY, David & Bates, Marilyn. **Please Understand me**. 4th ed., Del Mar: Prometheus Nemesis, 1984.

KEIRSEY, David. **Please Understand me II – Temperament, Character, Intelligence**. Del Mar: Prometheus Nemesis, 1988.

PIEPER, Josef. **Las virtudes Fundamentales**, Morgan, Trinidad-Tobago, 2010.